



**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE
APOIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE – MG**

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 PROCESSIONº 33/2026

PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 38.213.230/0001-01, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Saíde Haddad Antônio, n.º 535, Bairro Santa Amélia, CEP 31.550-040, respeitosamente, à presença de V.Sa., por intermédio do seu representante legal infra-assinado, apresentar esta peça de IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026, cujo objeto é:

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, manutenção e monitoramento de equipamentos de segurança eletrônica, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.

I - RAZÕES RECURSAIS

O presente recurso visa impugnar exigências do edital que desvirtuam a natureza da prestação de serviços Instalação, manutenção e monitoramento de equipamentos de segurança eletrônica.

Impugna-se, com a devida obrigatoriedade de retirada, a exigência de profissional Técnico prevista no item 8.3.3.2, bem como a exigência de disponibilização de 03 (três) veículos constante no item 4.2 do Termo de Referência, por se tratarem de requisitos restritivos e desproporcionais ao objeto licitado, que comprometem indevidamente a competitividade do certame.



II - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe ressaltar que a sessão pública do Pregão será realizada em 04 de maio de 2026, e tem por limite o prazo para acolhimento de impugnações é de 3 (três) dias úteis, conforme preceitua a Lei nº 14.133/21 e o Instrumento Convocatório:

Lei nº 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo Único: A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

IV DA RETIRADA DA EXIGÊNCIA DE TÉCNICOS NECESSIDADE DE EXCLUSIVIDADE DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR ENGENHEIRO

O Edital, em seu item 8.3.3.2, e o Termo de Referência, no item 10.3.3.2, preveem a admissibilidade de "Técnico em Eletrônica", "Técnico em Eletrônica – Telecomunicações", entre outros, para assumir a responsabilidade técnica do objeto.

Contudo, requer-se a retificação desta previsão para que se mantenha, exclusivamente, a obrigatoriedade de Engenheiro devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). O objeto licitado abrange a instalação, manutenção e monitoramento de equipamentos de segurança eletrônica (CFTV, sensores, centrais de alarme) em dezenas de prédios públicos municipais, apresentando um valor global estimado expressivo.

Trata-se de uma atividade de alta complexidade técnica, que demanda responsabilidade analítica compatível estritamente com as atribuições de Engenharia. A permissão para que profissionais de nível técnico respondam por um projeto desta magnitude compromete a segurança estrutural e operacional do serviço pretendido.

Tal exigência, longe de ferir o Princípio da Livre Concorrência, visa resguardar a própria Administração Pública. A manutenção do texto atual expõe o órgão ao risco de contratar empresa que não demonstrou possuir corpo técnico com a solidez necessária para o atendimento ao objeto anunciado.

É crucial pontuar as distinções de formação e atribuições:

CREA: Conselho destinado a profissionais de nível superior (Engenheiros Eletricistas/Eletrônicos);

CRT/CFT: Conselhos destinados a profissionais de nível técnico, cuja formação não abrange a mesma amplitude de conhecimento e responsabilidade legal de um graduado.

A exigência de um Engenheiro é fundamental, pois este profissional possui a qualificação técnica e a competência legal necessária para supervisionar e garantir a execução dos serviços conforme as normas rígidas dos órgãos reguladores. Embora o técnico industrial possua sua importância, ele não detém a responsabilidade civil e técnica para projetos que exigem maior complexidade de controle e execução.

Portanto, faz-se necessária a retificação do Edital para exclusão da admissibilidade do registro no CFT/CRT, mantendo-se a exigência de comprovação de escolaridade de nível superior (Engenharia) para a responsabilidade técnica.

Nos termos da Lei nº 5.194/1966, da Lei nº 6.496/1977 e da Resolução CONFEA nº 218/1973, as atividades relacionadas ao objeto licitado

são privativas de profissionais de engenharia, de nível superior, devidamente registrados no CREA, sendo obrigatória a emissão de ART.

Ademais, o Decreto nº 90.922/1985 e a Lei nº 5.524/1968 delimitam a atuação do técnico de nível médio, não sendo este profissional apto a assumir responsabilidade técnica por serviços de maior complexidade.

1. Lei nº 5.194/1966

Regula o exercício das profissões de Engenheiro e Engenheiro-Agrônomo.

2. Lei nº 6.496/1977

Institui a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

3. Resolução CONFEA nº 218/1973

Discrimina atividades das diferentes modalidades da engenharia

4. Decreto nº 90.922/1985

Regulamenta a atuação dos Técnicos Industriais.

5. Lei nº 5.524/1968

Regula a profissão de Técnico Industrial de nível médio.

V - DA SUPRESSÃO DA EXIGÊNCIA DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS:

O item 4.2 do Termo de Referência impõe, de forma desproporcional, que a licitante vencedora deverá "dispor de, no mínimo, três veículos motorizados por turno" para o pronto atendimento.

Impugna-se frontalmente este dispositivo, requerendo sua imediata supressão. A exigência configura restrição indevida à competitividade e sinaliza um possível direcionamento do certame. Cabe à Administração Pública focar no cumprimento do resultado — ou seja, garantir que a equipe de pronta-resposta chegue ao local em, no máximo, 15 (quinze) minutos após o disparo do alarme — e não ditar o quantitativo exato da frota a ser utilizada.

Ao limitar a participação a empresas que aloquem obrigatoriamente três veículos, o Edital engessa o escopo operacional, onera

financeiramente o projeto e fere os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa. Uma licitante pode perfeitamente cumprir os tempos de resposta exigidos utilizando logística inteligente, softwares de roteirização e uma frota dimensionada conforme sua própria expertise, sem estar vinculada a um quantitativo arbitrário.

A fixação prévia de mínimos de veículos (ex: “03 veículos por turno”) configura indevida interferência na autonomia administrativa e operacional da futura contratada.

A moderna sistemática das contratações públicas, especialmente sob a égide da Lei nº 14.133/2021, privilegia a contratação por desempenho, baseada em Níveis de Serviço (SLA - Service Level Agreement), e não na imposição de meios. O próprio Edital já estabelece o parâmetro objetivo necessário: o prazo máximo de 15 minutos para atendimento, o qual é suficiente para aferir a eficiência do serviço.

Dessa forma, compete à licitante definir a melhor configuração de frota para o cumprimento do SLA, valendo-se de tecnologia de geolocalização e inteligência logística. A manutenção desta exigência, além de restringir a competitividade, acarreta potencial elevação de custos ao obrigar a alocação de recursos possivelmente desnecessários, resultando em prejuízo direto ao erário.

VI- DA COMPROVADA CAPACIDADE DA IMPUGNANTE E DO INTERESSE PÚBLICO

Importante destacar que a exigência atual do edital restringe injustificadamente a participação de empresas aptas, reduzindo o universo de licitantes e encarecendo o contrato para os cofres públicos.

Ressalta-se que a empresa impugnante possui ampla experiência técnica e operacional, com capacidade cabalmente comprovada para a execução do objeto licitado com eficiência, rigorosa qualidade e segurança, mesmo sem as exigências excessivas atualmente impostas.

Conclui-se demonstrando que a manutenção das exigências atuais compromete o interesse público, na medida em que onera e restringe o certame. Por outro lado, a sua adequação amplia a competitividade, atrai propostas financeiramente melhores e assegura a contratação mais eficiente e vantajosa para o Município de João Monlevade.

VII . DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se a Vossas Senhorias:

a) O conhecimento e provimento desta impugnação, por ser tempestiva e fundamentada;

b) Requer-se a reforma do item 8.3.3.2 do Edital e do item 10.3.3.2 do Termo de Referência, a fim de que seja excluída a admissibilidade de profissionais de nível técnico para fins de responsabilidade técnica, exigindo-se, exclusivamente, a comprovação de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) na qualidade de Engenheiro.

A manutenção do texto atual diverge do ordenamento jurídico vigente e das normas que disciplinam o exercício das profissões de engenharia. A fundamentação para tal exigência ampara-se nos seguintes dispositivos:

Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 - (que substituiu a antiga IN SLTI/MPOG nº 02/2008). Essa Instrução Normativa regulamenta a contratação de serviços na Administração Pública e traz diretrizes que proíbem que serviços de manutenção e instalação de equipamentos (que possuem natureza de engenharia/técnica) sejam misturados no mesmo lote do serviço contínuo de vigilância e monitoramento de alarmes. É por meio dos fundamentos desta IN (hoje também amparados na Nova Lei de Licitações - Lei 14.133/2021) que se define que o monitoramento eletrônico remoto em si NÃO é serviço de engenharia, mas a instalação da infraestrutura física do alarme

Lei nº 5.194/1966, Art. 7º: Que reserva aos engenheiros as atividades de supervisão, coordenação e orientação técnica, bem como o desempenho de cargos e funções técnicas que exijam conhecimentos superiores;

Resolução CONFEA nº 218/1973: Que discrimina as atribuições profissionais de acordo com a formação acadêmica, vinculando atividades de alta complexidade e responsabilidade civil aos profissionais de nível superior;

Lei nº 6.496/1977: Que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), instrumento que define o limite da responsabilidade de engenheiros em obras e serviços;




Resolução CONFEA nº 1.156/2025: Que reitera a competência privativa dos engenheiros para a assunção de responsabilidades em projetos de infraestrutura e sistemas complexos, conforme a magnitude do objeto ora licitado.

c) A supressão da exigência de 03 (três) veículos constante no item 4.2 do Termo de Referência, permitindo que a contratada dimensione sua frota livremente para o cumprimento do tempo de resposta (SLA);

d) A respectiva adequação e republicação do Edital.

Termos em que, Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 27 de abril de 2026


PROTEKTO SEGURANÇA LTDA
38.213.230/0001-01
Herbert Marconi Ramos dos Santos
000.166.236-81